

Sociologia no Brasil

1. Introdução



No Brasil, o convívio multicultural não deveria representar uma dificuldade, afinal, a sociedade brasileira resulta da mistura de raças - negra, branca e índia - cada uma com seus costumes, seus valores e seu modo de vida. Dessa mistura é que nasce um indivíduo que não é branco nem índio, nem tampouco negro, mas que é simplesmente brasileiro. Filhos desse hibridismo e tendo como característica marcante o fato de acolher culturas, nós, brasileiros, deveríamos lidar facilmente com as diferenças. Mas não é exatamente isso que acontece.

Sendo as culturas produto de determinados contextos sociais, se determinada cultura é posta em contato com outra, necessariamente, sob pena de ser sufocada, uma delas se adaptará à outra. Adaptar-se é, enfim, sobreviver. Assim, se determinada cultura não lhe serve, então, deverá adaptar-se ou desaparecerá.

A escola, por ser o espaço onde se dá o processo de socialização, é o ambiente no qual mais se discute a questão da diversidade - cultural, racial, social. Então, para que este processo aconteça é necessário o convívio multicultural que implica no respeito aos valores do outro. A Sociologia sempre teve como um dos objetos de estudos o conflito entre as classes sociais. Na América Latina, por exemplo, a Sociologia do início do século XX sofreu intensas influências das teorias marxistas, na medida em que suas preocupações passaram a ser o subdesenvolvimento dos países latinos.

No Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, estudiosos se debruçaram em busca do entendimento da formação da sociedade brasileira, analisando temas como abolição da escravatura, êxodos e estudos sobre índios e negros. Dentre os autores mais significativos, temos: Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil-1936), Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala-1933) e Caio Prado Júnior (Formação do Brasil Contemporâneo-1942).

Nas décadas seguintes, a Sociologia praticada no Brasil voltou-se aos estudos de temas relacionados às classes trabalhadoras, tais como salários e jornadas de trabalho, e também comunidades rurais. Na década de 1960 a Sociologia passou a se preocupar com o processo da industrialização do país, nas questões de reforma agrária e movimentos sociais na cidade e no campo; a partir de 1964 o trabalho dos sociólogos se voltou para os problemas socioeconômicos e políticos brasileiros, originados pela tensão de se viver num regime militar (ou ditadura militar, que no Brasil foi de 1964 a 1985), nesse período a Sociologia foi banida do ensino secundarista.

Na década de 1980 a Sociologia finalmente voltou a ser disciplina no ensino médio, sendo facultativa sua presença na grade curricular. Também ocorreu nesse período a profissionalização da Sociologia no Brasil. Além da preocupação com a economia, política e mudanças sociais apropriadas com a instalação da nova república (1985), os sociólogos diversificaram os horizontes e ampliaram seus leques de estudos, voltaram-se para o estudo da mulher, do trabalhador rural e outros assuntos culminantes.

Em 2009, a Sociologia tornou-se disciplina obrigatória na grade curricular dos alunos do ensino médio no Brasil. A oportunidade da aproximação do aluno com a Sociologia, como um campo do saber, tem por objetivo a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. Em outras palavras e sem perder de vista a importância da História, é considerar que as coisas nem sempre foram do jeito que são. É perceber que há mudanças profundas ao longo da história, fruto de decisões de homens.

2. Nossa História

A identidade brasileira foi decorrente de um processo de construção histórica, como em diversos outros países. Apesar de ter se iniciado após a Independência, em 1822, o processo de constituição da identidade nacional ganhou um impulso maior após a década de 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder. A partir disso, pôde-se perceber que a construção da identidade, para além de um processo cultural, era também um processo político.

Os esforços para se constituir a identidade brasileira, que também é chamada de brasilidade, estão ligados à necessidade de uma coesão social que acompanhe a existência de um Estado que administra todo o território nacional. Dessa forma, a manutenção de uma máquina administrativa comum a todo o território nacional foi um primeiro passo na construção da identidade.

Contribuiu ainda para a existência da identidade nacional o fato de a língua portuguesa ser comum a todo o território, apesar de suas particularidades regionais. A língua seria então um elemento no conjunto de elementos culturais comuns que são constitutivos da cultura nacional.

Porém, durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial, não houve grandes avanços na construção da identidade nacional, a não ser a formação de forças repressivas militares para garantir a ordem latifundiária e escravocrata em todo o território nacional. Os conflitos separatistas provinciais das décadas de 1830 e 1840 eram um obstáculo à integralidade territorial e também à coesão social do país recém-independente.

A forma com que esses conflitos foram reprimidos permite perceber que a violência repressiva do Estado contra conflitos sociais que pretendiam alterar a ordem vigente passou também a ser constitutiva da identidade nacional.

A cultura da violência estatal permeou desde o início a formação da identidade nacional. Ainda durante a Regência houve outros esforços nesse processo de construção identitária. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 foi o primeiro passo na tentativa estatal de refletir sobre temas que estariam relacionados à nação brasileira.

Vargas utilizou também os novos meios de comunicação, principalmente o rádio, para difundir essa cultura nacional uniformizada. Passaram a ganhar contornos de representação cultural nacional o samba, o futebol e pratos culinários. No exterior, existiu também uma tentativa de criar uma imagem da cultura nacional, da qual Carmem Miranda é a principal expressão.



Entre as décadas de 1940 e 1960, a construção da identidade nacional passou a ser realizada levando em consideração a luta contra o que era considerado uma influência colonial, do que era vindo da Europa ou dos EUA. A partir da década de 1960, com a ditadura militar e sua centralização autoritária e repressiva, aliadas à difusão da televisão pelos domicílios, um novo momento de difusão de elementos culturais foi conhecido. As telenovelas passaram também a auxiliar na exposição de práticas sociais consideradas expoentes da brasilidade.

Nas décadas que se seguiriam, no entanto, a Sociologia no Brasil passou a voltar-se para os estudos que abordassem prioritariamente temas relacionados às classes trabalhadoras, tratando assim de assuntos como salário, jornadas de trabalho, ambientes de trabalho urbano e rurais, organizações e condições dos ambientes de trabalho, relações entre empregados e empregadores, etc. Especialmente a partir da década de 1960 se pode sentir uma crescente preocupação com o processo de industrialização que se instaurava no país. Essa nova preocupação trouxe consigo debates sociológicos que abordavam temas da reforma agrária e os novos problemas políticos e sociais que esse processo acarretava.

Desde os anos de 1960 percebemos também uma instabilidade quanto a presença da disciplina de Sociologia em escolas de Ensino Básico. Inicialmente foi banida pelo regime militar, passou por um longo período (desde os anos de 1980) como disciplina facultativa, sendo assim presente em poucas instituições, e voltou a integrar a grade obrigatória apenas em 2009.

As transformações globais decorrentes da primeira guerra mundial (1914-1918), a semana de arte moderna de 22 e crise mundial de 1929 contribuem decisivamente para a formação de uma geração de intelectuais críticos e que queriam compreender os fenômenos sociais. A Semana de Arte Moderna, também chamada de “Semana de 22”, aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo, de 11 a 18 de fevereiro de 1922. Foi um encontro de novas ideias estéticas, que mudaram a arte e a literatura brasileiras. Foram realizadas conferências e palestras sobre diferentes temas relacionados às formas de expressão artística no Brasil e no mundo. No saguão do teatro, uma exposição mostrava as modernas tendências das artes plásticas, com cores e formas que chocaram os apreciadores de uma arte mais comportada.

Durante o evento, foram realizados diferentes festivais, cada um dedicado a um tema: pintura e escultura, literatura, poesia e música. Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Vítor Brecheret, Heitor Villa-Lobos, Menotti del Pichia, Guilherme de Almeida e Sérgio Milliet foram alguns dos grandes nomes que participaram da Semana, além de inúmeros outros artistas.

Muitos deles, como Oswald de Andrade e Anita Malfatti, tiveram contato com as novas vanguardas artísticas em viagens feitas ao exterior. Ao voltar para o Brasil, incorporaram as novas ideias a seu trabalho, propondo novas formas de expressão artística dentro da valorização das características nacionais. A renovação da linguagem era uma necessidade da intelectualidade brasileira no início do século XX. Um dos símbolos da Semana de 22 foi a revista Klaxon, espécie de porta-voz do movimento. Outro marco foi a publicação do livro de poesias Pauliceia desvairada, de Mário de Andrade, em que ele analisa poeticamente a cidade de São Paulo e lança as bases estéticas do modernismo.

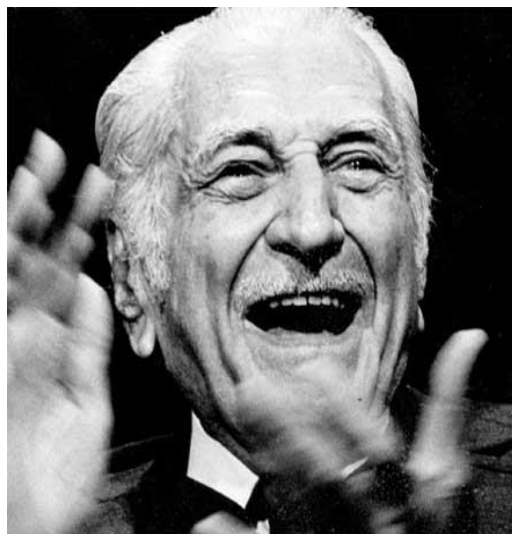
3. A Geração de 30

Giberto Freire: Com o livro "Casa-Grande & Senzala", publicado em 1933, Gilberto Freyre revolucionou a historiografia. Ao invés do registro cronológico de guerras e reinados, ele passou a estudar o cotidiano por meio da história oral, documentos pessoais, manuscritos de arquivos públicos e privados, anúncios de jornais e outras fontes até então ignoradas. Gilberto Freyre entendia o nacionalismo como a miscigenação, onde o negro e o mestiço eram fundamentais para a formação cultural brasileira. Acreditava que a sociologia e antropologia eram fundamentais para melhorar a administração do Brasil. Freyre rompeu com velhos pensamentos preconceituosos e reducionistas e aclamou a participação do negro e do índio no processo de formação do caráter nacional.

Na obra Casa-Grande & Senzala, Gilberto revelou a presença do negro em diversas facetas da nossa cultura, como na música, na dança, no vocabulário e na culinária. De igual maneira procedeu com os índios, explicando a origem do nosso hábito de dormir em redes, de se pintar, de tomar banho diariamente, bem como a valorização das ervas, da cor vermelha e dos remédios caseiros.

Em vez de aclamação social, as obras de Freyre despertaram ondas de protestos em todas as camadas. Por conta da linguagem vulgar, recebeu o título de pornógrafo do Recife e a Igreja Católica repudiava constantemente as suas publicações, consideradas atentatórias à moral e aos bons costumes. Foi tachado de anticatólico, comunista, anarquista, agitador, antilusitano, africanista, dentre outras alcunhas.

O pensamento exposto por Gilberto Freyre encontra resistências até hoje, aparentemente pelo fato de não ter situado o problema racial no Brasil como um problema exclusivamente de cor ou por não ter sido partidário da revolta dos negros contra os brancos. O que torna as críticas ainda mais pitorescas, decerto, é o fato de serem formuladas, em sua maioria, por representantes do movimento negro, justo a cor a que Gilberto fez questão de homenagear, por haver-lhe conferido importância nunca antes exposta com tanta franqueza. Nessa linha, bem demonstrou Darcy Ribeiro, no texto Gilberto Freyre – Uma introdução à Casa-Grande & Senzala:



“Com efeito, o que mais provocou a sensação e surpresa aos primeiros leitores de Casa-Grande & Senzala foi o negrismo de Gilberto Freyre. Ele vinha dizer – ainda que em linguagem meio desbocada, mas com todos os ares de cientista viajado e armado de erudições múltiplas – que o negro – no plano cultural e de influência na formação social do Brasil – fora não só superior ao indígena (...) mas até mesmo ao português, em vários aspectos da cultura material e moral, principalmente da técnica e da artística”.

Causa certa perplexidade o fato de alguns dos intelectuais do movimento negro acusarem Freyre de haver difundido no Brasil o mito da democracia racial, qual seja, a lenda de que no País o preconceito racial não existe e que as relações entre as raças são perfeitas e harmônicas. Na verdade, esclareça-se, em nenhuma passagem do livro Casa-Grande & Senzala Gilberto usou a expressão democracia racial. Sobre isso, o antropólogo Hermano Vianna ousou dizer que há, no País, um mito sobre o mito da democracia racial.

Nessa linha, a vida de Gilberto Freyre, após a obra Casa-Grande passou a ser um eterno explicar-se. Incansavelmente, repetia que não fora criador do mito da democracia racial e que o fato de seus livros terem reconhecido a intensa miscigenação entre as raças no Brasil não significava decerto a ausência de preconceito ou de discriminação. Exemplo de desabafo contrário à acusação de ter criado a idéia de equilíbrio racial no Brasil pode ser extraída da entrevista realizada com o autor em 15/3/1980. À pergunta: “Até que ponto nós somos uma democracia racial?”, formulada pela jornalista Lêda Rivas, Freyre respondeu:

“(...) Democracia política é relativa. (...). Sempre foi relativa, nunca foi absoluta(...). Democracia plena é uma bela frase (...) de demagogos, que não têm responsabilidade intelectual quando se exprimem sobre assuntos políticos. (...). Os gregos, aclamados como democratas do passado clássico, conciliaram sua democracia com a escravidão. Os Estados Unidos, que foram os continuadores dos gregos como exemplo moderno de democracia no século XVIII, conciliaram essa democracia também com a escravidão. Os suíços, que primaram pela democracia direta, até há pouco não permitiam que mulher votasse. São todos exemplos de democracias consideradas, nas suas expressões mais puras, relativas. (...). O Brasil (...) é o país onde há uma maior aproximação à democracia racial, quer seja no presente ou no passado humano. Eu acho que o brasileiro pode, tranqüilamente, ufanar-se de chegar a este ponto. Mas é um país de democracia racial perfeita, pura? Não, de modo algum. Quando fala em democracia racial, você tem que considerar [que] o problema de classe se mistura tanto ao problema de raça, ao problema de cultura, ao problema de educação. (...) Isolar os exemplos de democracia racial das suas circunstâncias políticas, educacionais, culturais e sociais, é quase impossível. (...). É muito difícil você encontrar no Brasil [negros] que tenham atingido [uma situação igual à dos brancos em certos aspectos...]. Por quê? Porque o erro é de base. Porque depois que o Brasil fez seu festivo e retórico 13 de maio, quem cuidou da educação do negro? Quem cuidou de integrar esse negro liberto à sociedade brasileira? A Igreja? Era inteiramente ausente. A República? Nada. A nova expressão de poder econômico do Brasil, que sucedia ao poder patriarcal agrário, e que era a urbana industrial? De modo algum. De forma que nós estamos hoje, com descendentes de negros marginalizados, por nós próprios. Marginalizados na sua condição social. [...]. Não há pura democracia no Brasil, nem racial, nem social, nem política, mas, repito, aqui existe muito mais aproximação a uma democracia racial do que em qualquer outra parte do mundo”.

Darcy Ribeiro, antropólogo, educador e romancista, nasceu em Montes Claros (MG), em 26 de outubro de 1922, e faleceu em Brasília, DF, em 17 de fevereiro de 1997. Eleito em 8 de outubro de 1992 para a Cadeira nº 11, sucedendo a Deolindo Couto, foi recebido em 15 de abril de 1993, pelo acadêmico Candido Mendes de Almeida.

Diplomou-se em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1946), com especialização em Antropologia. Etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios, dedicou os primeiros anos de vida profissional (1947-56) ao estudo dos índios de várias tribos do país. Fundou o Museu do Índio, que dirigiu até 1947, e colaborou na criação do Parque Indígena do Xingu. Escreveu uma vasta obra etnográfica e de defesa da causa indígena. Elaborou para a UNESCO um estudo do impacto da civilização sobre os grupos indígenas brasileiros no século XX e colaborou com a Organização Internacional do Trabalho na preparação de um manual sobre os povos aborígenes de todo o mundo. Organizou e dirigiu o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia, e foi professor de Etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1955-56).

Notabilizou-se fundamentalmente por trabalhos desenvolvidos nas áreas de educação, sociologia e antropologia tendo sido, ao lado do amigo a quem admirava Anísio Teixeira, um dos responsáveis pela criação da Universidade de Brasília, elaborada no início da década de 1960, ficando também na história desta instituição por ter sido seu primeiro reitor. Redigiu o projeto, como funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, do Parque Indígena do Xingu, criado em 1961. Também foi o idealizador da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Publicou vários livros, vários deles sobre os povos indígenas.

Darcy Ribeiro foi ministro da Educação durante Regime Parlamentarista do Governo do presidente João Goulart (18 de setembro de 1962 a 24 de janeiro de 1963) e chefe da Casa Civil entre 18 de junho de 1963 e 31 de março de 1964. Durante a ditadura militar brasileira, como muitos outros intelectuais brasileiros, teve seus direitos políticos cassados e foi obrigado a se exilar, vivendo durante alguns anos no Uruguai.

TREINANDO PARA O ENEM

01. A Sociologia surgiu no século XVIII, na Europa, durante a Revolução Industrial. No entanto, em solo brasileiro ela só se desenvolveu em outro período, diante da necessidade de se compreender a realidade de nosso país.

Em que período isso ocorreu?

- A) No início do século XX, com a industrialização e os conflitos oriundos dessa transformação social.
- B) No século XVIII, com a necessidade de se compreender os conflitos sociais entre senhores e escravos
- C) No século XX, com a necessidade de se compreender as transformações decorrentes da informatização.
- D) No século XIX, com a abolição da escravatura e o início da utilização da mão de obra assalariada.

02. Os primeiros sociólogos brasileiros buscavam por meio de seus estudos compreenderem a realidade social do nosso país.

As primeiras questões que se propuseram a estudar foram:

- A) As questões relacionadas ao Movimento Sem Terra – MST.
- B) As questões sociais voltadas ao bem estar e valorização da cultura indígena.
- C) A contribuição do negro à sociedade brasileira e sobre a miscigenação.
- D) As questões de desemprego e a importância de uma reforma educacional.

03. O conceito de miscigenação significa:

- A) Relações não amistosas entre etnias diferentes.
- B) Aceitação e respeito às diferentes etnias presentes na mesma sociedade.
- C) Convivência conflituosa entre etnias presentes na mesma sociedade.
- D) Mistura de raças, de povos de diferentes etnias, ou seja, relações inter-raciais.

04. A democracia racial significa:

- A) A falsa ideia de que em um país as pessoas com etnias diferentes não sofrem discriminação e preconceito.
- B) Afirmer que não há preconceito racial, embora este exista de forma mascarada, mas que ficam evidentes nos índices que evidenciam o abismo social e econômico existente entre as étnicas em uma sociedade.
- C) O reconhecimento da igualdade de direitos e o respeito às etnias diferentes, sem preconceito ou discriminação.
- D) O desejo de muitos sociólogos de acabar com os preconceitos entre negros e brancos por meio da conscientização e da educação para a diversidade.

05. O mito da democracia racial é:

- A) Afirmer que existe igualdade entre brancos e negros, mas que na realidade o que se percebe é o preconceito mascarado, que pode ser evidenciado nos índices que apontam um abismo gigantesco entre ricos e pobres.
- B) É a diferença social existente entre brancos e negros apontada em pesquisas que mostram que negros recebem salários mais baixos, têm menos acesso à educação e menos oportunidades de ascensão social exclusivamente por causa das desigualdades sociais.
- C) É a diferença social existente entre brancos e negros apontada em pesquisas que mostram que negros recebem salários mais baixos, têm menos acesso à educação e menos oportunidades de ascensão social por conta do preconceito que tem suas raízes na história brasileira.
- D) É a real afirmação da existência de igualdade de oportunidades, respeito e valorização de pessoas de etnias diferentes.

06. Gilberto Freyre foi um dos principais sociólogos brasileiros da geração de 30. Em seu livro “Casa grande & senzala” descreve com objetividade a contribuição histórica do negro na construção da sociedade brasileira. Foi o primeiro a esboçar o conceito de democracia racial, baseado em/na:

- A) conflitos inter-raciais que denunciavam a dominação dos brancos sobre os negros escravizados.
- B) descrições de inúmeras relações amorosas entre senhores e escravos, que contribuiu para a miscigenação do Brasil.
- C) os senhores atribuíam aos negros tarefas braçais e subalternas.
- D) inexistência de conflitos raciais com base em justificativas religiosas.

07. Aprendemos que, no Brasil, o racismo tem origem histórica. Assinale a alternativa correta sobre essa afirmação:

- A) O racismo teve seu início no período do neocolonialismo, quando os europeus criaram justificativas ditas científicas para a imposição da cultura e do modo de vida europeus às sociedades do continente africano. Argumentavam que o branco era mais evoluído do que o negro, portanto, mais humano.
- B) O racismo teve seu início no período da colonização quando os portugueses perceberam a rentabilidade do tráfico de escravos e da necessidade de mão de obra nos engenhos de açúcar buscou-se a sustentação ideológica de que os negros eram inferiores aos brancos.
- C) O racismo teve seu início no período da colonização portuguesa quando começaram a surgir as primeiras ideologias justificando o domínio da Europa sobre as demais religiões. Doutrinas defendiam serem os brancos europeus destinados por Deus e pela história a comandar o mundo e as raças consideradas inferiores.
- D) O racismo teve seu início no período no início do século XX, com a disseminação das ideologias nazistas pelo mundo, que defendiam a superioridade da raça ariana e a exterminação em massa das etnias consideradas “menos humanas”.

08. São características de países pobres:

- A) Baixa renda per capita, independência econômica e tecnológica, grandes desigualdades na distribuição de renda, má distribuição da propriedade de terra, altos índices de analfabetismo e desrespeito aos direitos humanos.
- B) Renda per capita nivelada, dependência econômica e tecnológica, grandes desigualdades na distribuição de renda, má distribuição da propriedade de terra, altos índices de analfabetismo e desrespeito aos direitos humanos.
- C) Baixa renda per capita, dependência econômica e tecnológica, grandes desigualdades na distribuição de renda, má distribuição da propriedade de terra, altos índices de analfabetismo e desrespeito aos direitos humanos.
- D) Baixa renda per capita, dependência econômica e tecnológica, poucas desigualdades na distribuição de renda, má distribuição da propriedade de terra, altos índices de analfabetismo e desrespeito aos direitos humanos.

09. É um indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região por meio da soma dos salários de toda a população dividido pelo número de habitantes. Quando o índice é baixo, é uma característica de países pobres:

- A) Produto Interno Bruto.
- B) Renda per capita.
- C) Dívida externa.
- D) Inflação.

10. A mortalidade infantil consiste nas mortes de crianças no primeiro ano de vida e é a base para calcular a taxa de mortalidade infantil, que consiste nos números observados durante um ano, referido ao número de nascidos vivos do mesmo período. O índice considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 10 mortes a cada mil nascimentos.

Em relação a esse indicador, em países pobres o índice de mortalidade infantil é:

- A) Índice zero.
- B) Índice moderado.
- C) Índice elevado.
- D) Não é indicador pobreza.

11. É uma formulação teórica desenvolvida por intelectuais, que faz a caracterização dos países como "atrasados" decorrente da relação do capitalismo mundial de dependência entre países "centrais" e países "periféricos". Teoria do/da:
- A) dependência econômica.
 - B) mito do desenvolvimento econômico.
 - D) do estagnacionismo.
 - C) subdesenvolvimento.
12. O racismo é percebido e vivido no cotidiano: nos shopping centers de elite, onde os trabalhadores negros são confinados em postos de vigias ou faxineiros e raramente empregados em atividades de atendimento ao público; na programação televisiva, onde os negros/as, quando aparecem, ocupam as tradicionais posições de subordinação (a empregada doméstica, o bandido, a prostituta, o menino de rua, o segurança); nas piadas e expressões de cunho racista sempre presentes nas reuniões de famílias brancas. Sobre essa temática assinale a alternativa incorreta:
- A) O racismo é um tipo de preconceito que tem origem histórica, fortalecida principalmente no período colonial, quando os brancos perceberam o quanto era rentável a mão de obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar e o tráfico negreiro.
 - B) As novelas brasileiras têm um papel importante na manutenção de ideias discriminatórias em relação aos negros, pois na sua maioria, são reservados a eles personagens que ocupam baixa posição social.
 - C) As piadas e expressões de cunho racista são uma forma de propagar esse preconceito, evidenciando que, ainda que neguem, as pessoas não respeitam as diferenças étnicas.
 - D) O racismo é um falso problema criado por um grupo minoritário que não aceita o fato de não existir discriminação racial, mas sim a desigualdade social pura e simples.
13. O que é o mito do desenvolvimento econômico?
- A) É a ideia que defende ser possível o desenvolvimento por meio de investimentos em alimentação, saúde, habitação e educação.
 - B) São os esforços oriundos de economistas, políticos e cidadãos em busca de melhores condições às necessidades básicas de toda a população.
 - C) É a falsa ideia de que países subdesenvolvidos poderão avançar economicamente se seguirem o modelo de desenvolvimento dos países ricos.
 - D) É o desenvolvimento econômico que está atento ao impacto sobre a natureza, sobre os recursos não renováveis e sobre a poluição.
14. O termo "países em desenvolvimento" é:
- A) usado geralmente para descrever um país que possui um padrão de vida alto, uma base industrial sólida e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado.
 - B) usado geralmente para descrever um país que possui um padrão de vida alto, uma base industrial sólida e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo.
 - C) usado geralmente para descrever um país que possui um padrão de vida baixo, uma base industrial sólida e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado.
 - D) usado geralmente para descrever um país que possui um padrão de vida entre baixo e médio, uma base industrial em desenvolvimento e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variando entre médio e elevado.
15. O desenvolvimento com base no crescimento econômico que acentua as desigualdades sociais em vez de diminuí-la, aumentando mais o abismo que separa ricos de pobres é chamado de:
- A) Subdesenvolvimento.
 - B) Desenvolvimento sustentável.
 - C) Desenvolvimento perverso.
 - D) Desenvolvimento positivo.

16. O Coeficiente de Gini é utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Mede-se entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. Os dados que seguem abaixo são do Ministério da Saúde/ DATASUS, que traz informações sobre Índice de Gini da renda domiciliar per capita divulgados por municípios goianos.

Observe os dados e assinale a alternativa correta:

Município	1991	2000	2010
Orizona	0,5561	0,5494	0,5127
Goiânia	0,5783	0,6129	0,5908
Anápolis	0,5615	0,5763	0,5152
Silvânia	0,6106	0,5913	0,5138

A) Orizona, de acordo com o índice em 2010, tem melhor distribuição de renda somente se comparada às cidades de Goiânia e Anápolis.

B) Em 2000, Goiânia possuía a pior distribuição de renda entre as cidades listadas.

C) Goiânia ao longo dos anos vem gradativamente melhorando a sua distribuição de renda.

D) Entre as cidades analisadas, Orizona tem a pior distribuição de renda, apesar de seu índice de Gini vir melhorando gradativamente.

17. Visão evolucionista que, de acordo com as mudanças, movem as sociedades de um estágio tradicional para um estágio moderno, numa escala de aperfeiçoamento é chamada de teoria:

A) do subdesenvolvimento.

B) da dependência econômica.

C) da modernização.

D) do desenvolvimento perverso.

18. Parte do ponto de vista econômico e das relações históricas entre os países considerados desiguais. A história é capaz de explicar a situação atual das desigualdades presentes: os países periféricos (dominados) vendiam aos países centrais (dominantes) produtos primários e matérias-primas e compravam produtos industrializados.

A) Teoria do desenvolvimento perverso.

B) Teoria do subdesenvolvimento.

C) Teoria do desenvolvimento sustentável.

D) Teoria da dependência econômica.

19. Propõe uma investigação mais detalhada do que a teoria do desenvolvimento. Após a primeira fase de exploração, iniciou-se um novo movimento que aprofundou ainda mais a dependência desses países. Estes continuaram a produzir os mesmos bens primários para exportação, mas iniciou-se o processo de internacionalização da produção industrial. Com isso, os produtos que eram fabricados nos países desenvolvidos passam a se produzidos nos países mais pobres, por conta do custo ser mais barato. A mão de obra é mais barata, o Estado oferece incentivos fiscais e a exploração dos recursos naturais não é tão fiscalizada quanto nos seus países de origem.

A esta explicação chamamos de teoria:

A) da dependência econômica.

B) da modernização.

C) do subdesenvolvimento.

D) terceiro mundo.

Gabarito									
1.A	2.C	3.D	4.C	5.A	6.B	7.B	8.C	9.B	10.C
11.C	12.D	13.C	14.D	15.C	16.B	17.C	18.B	19.A	